
EDITORIAL

Cara leitora, caro leitor,

A formação docente tem sido alvo de modificações substanciais nas últimas décadas, tanto nos países ricos como naqueles em desenvolvimento. A primeira mudança a destacar é o processo de elevação, para o nível superior, da formação de professores do ensino fundamental e da educação infantil, antes realizada nos Cursos Normais ou equivalentes, de nível médio. A segunda, o aumento da carga horária de estágios no ensino básico, posto como exigência dos cursos de formação. Em certos contextos, e para alguns autores, a ampliação do espaço dos estágios tem sido interpretada como uma contra-resposta à tendência de elevação da exigência acadêmica dos cursos, uma vez que contrapõe, em grande medida, a experiência de formação por meio da prática à proposta de formação com ênfase na teoria, como no caso da Inglaterra. Essas tensões entre teoria e prática permeiam, em alguma medida, as diferentes modalidades de formação que têm sido adotadas por países diversos.

Em meados dos anos 90, a discussão das mudanças que se pretendia propor no Brasil contemplava a análise de alguns desses modelos do exterior. Havia também grande disposição de acolher as experiências brasileiras que ensaiavam diferentes formatos de cursos, uma vez que – reconhecia-se – as diferentes demandas de formação poderiam ser atendidas por modelos diversos.

As reformas do final da década de 90, levadas a cabo pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, restringiram as possibilidades de inovar nos formatos de cursos. Mas as marchas e contramarchas da legislação e das normas que se seguiram, tampouco chegaram a equacionar a questão a contento. Os debates sobre os modelos de formação continuam, e se mantêm, acalorados diante das diretrizes curriculares nacionais para os Cursos de Pedagogia, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação em 2006.

A falta de consenso sobre os fundamentos que devem sustentar os modelos, e as dificuldades enfrentadas no interior dos cursos para atender, com qualidade, às variadas demandas de formação do educador – que têm como pano de fundo um cenário de mais de 55 milhões de alunos no ensino básico –, contribuem para alimentar as disputas do campo, de que fala Bourdieu, ao se referir ao jogo de interesses profissionais específicos. O Tema em Destaque deste número aborda exatamente essas questões. Organizado pelos professores Dermeval Saviani e Alda Marin, a quem muito agradecemos a colaboração, reúne artigos que procuram elucidar os termos em que se coloca a discussão, seja no âmbito dos modelos de formação, seja na verificação empírica do atendimento às funções formadoras por parte de um desses cursos. Fazem parte da sessão os artigos de Alda Junqueira Marin e Luciana Maria Giovanni; Leda Scheibe; Maria Amélia Santoro Franco, José Carlos Libâneo e Selma Garrido Pimenta, bem como o de Dermeval Saviani.

Um outro tema confere uma ligação entre três artigos que, preocupados com o desempenho escolar dos alunos do ensino básico, buscam controlar a influência de fatores socioculturais ou escolares que poderiam responder pela sua melhoria.

O primeiro deles, de José Francisco Soares, analisa o impacto de variáveis intra e extra-escolares no rendimento dos alunos, aferido pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Saeb. A despeito de constatar o grande impacto dos fatores de ordem social e cultural no desempenho escolar, admite que há ações que podem ser realizadas pela escola com grande potencial de melhoria da proficiência dos alunos.

Fátima Alves, Isabel Ortigão e Creso Franco também recorrem a dados do Saeb, para analisar o risco de repetência dos alunos do ensino fundamental. Confrontando as variáveis cor e origem social, concluem que, embora o capital econômico acima da média atue como fator de proteção para a repetência, esse resultado não prevalece entre os alunos que se declaram pretos.

Já Marcel Crahay, procedendo à meta-análise de numerosas pesquisas de diferentes países sobre os efeitos da repetência, demonstra que ela é prejudicial aos alunos mais fracos. Examina, então, medidas pedagógicas que podem ser mais eficazes no combate ao fracasso escolar, discutindo aspectos referentes à composição, manejo e tamanho das turmas, aos dispositivos de individualização do ensino e às avaliações formativas seguidas ou não de ações corretivas.

O artigo de Oldimar Pontes Cardoso busca entender como os professores de História do ensino médio de uma escola estadual paulista representam o saber histórico escolar produzido na relação cotidiana com os alunos, com base no conceito de representação social de Henri Lefebvre e por meio da metodologia de observação participante proposta por Frederick Erickson.

Encerra este número o artigo assinado por Claudia Davis, Yara Lúcia Esposito, Marina Nunes, Cesar Nunes e Miriam Bizzocchi, que discute dados de avaliação de programa de licenciatura em nível superior, oferecido por duas importantes universidades de São Paulo a professores de redes municipais paulistas. Por meio de sofisticados procedimentos metodológicos, procuram verificar se o programa provocou alteração nas posturas docentes dos alunos-professores, chegando à conclusão de que, para um percentual deles, houve mudanças no sentido esperado.

Esperamos que a leitura lhes seja proveitosa.

As Editoras